

CURSO DE PSICOLOGIA

Fernanda Alves Carneiro

Homossexualidade e a form(a)ção acadêmica em Psicologia

Santa Cruz do Sul

2016

Fernanda Alves Carneiro

Homossexualidade e a form(a)ção acadêmica em Psicologia

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Moises Romanini

Santa Cruz do Sul

2016

RESUMO

As discussões em torno da temática, há tempos, são tidas de maneira conflitiva, existindo um embate entre aqueles a favor e contra a homossexualidade ou a diversidade sexual. Em meio à discussão está a psicologia, que também protagoniza, enquanto ciência e profissão, discursos que vão dizer da homossexualidade. **Objetivo:** o presente trabalho pretende discutir de que maneira essa formação acadêmica contempla aos alunos a oportunidade de se refletir de maneira aprofundada sobre a temática da homossexualidade. **Metodologia:** a pesquisa é do tipo qualitativa de inspiração cartográfica enquanto instrumento, um grupo focal foi realizado com alunos matriculados nos últimos dois anos do curso de graduação de psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. **Resultados e discussão:** foram retratadas aqui a construção do discurso do conselho federal de psicologia e a caracterização da resolução nº001/99. O curso de psicologia por sua vez, não prevê formalmente um espaço para discussão da homossexualidade em sala de aula. O relato (silencioso) dos estudantes do curso identifica a ausência de uma exploração democrática e ampliada da temática da homossexualidade. A pesquisa discute a possibilidade de abrir a temática da homossexualidade em sala de aula, visando a construção coletiva do que a homossexualidade representa e representou para a ciência da psicologia.

Palavras-chave: Homossexualidade; Diversidade Sexual; Formação Acadêmica; Psicologia.

ABSTRACT

Discussions surrounding the topic on homosexuality have been held in a conflictive way, there are clashes between those for and against homosexuality or sexual diversity. In the midst of the discussion psychology stands, as a science and profession, that discusses and speaks upon homosexuality. **Objective:**The present work intends to discuss the way academic formation contemplate students with the opportunity to reflect in depth on the subject of homosexuality. **Methodology:** This is a qualitative study that takes on social cartographic as inspiration. A focal group was executed, with students enrolled in the last two years of the undergraduate psychology course at the University of Santa Cruz do Sul. **Results and discussion:** characterization of the resolution nº001 / 99 and discourse of the Psychology Federal Council. The psychology course does not formally make place for discussions on homosexuality to take its course in the classroom. The (silent) word of psychology students identify for the lack of a democratic and expanded exploitation of on homosexuality. **Final Considerations:** The research discusses the possibility of opening up debates of the theme in the classroom, aiming at the collective construction of what homosexuality represents and has represented for psychology as a science.

Keywords: Homosexuality; Sexual Diversity; Academic education; Psychology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 METODOLOGIA.....	9
2.1 Delineamento da Pesquisa e Procedimentos.....	10
2.2 Considerações Éticas.....	12
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
3.1 A construção da homossexualidade na contemporaneidade.....	16
3.2 A psicologia e seus discursos: do homossexualismo à homofobia.....	18
3.3 O CFP e a homossexualidade, que discurso é esse?.....	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
4.1 O Conselho Federal de Psicologia e o seu discurso sobre a homossexualidade... 23	
4.2 A construção do discurso acadêmico: a psicologia na universidade.....	31
4.3 Homossexualidade e Form(a)ção acadêmica: do silêncio ensurdecedor em sala de aula à proclamação cautelosa nos corredores.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
ANEXO A.....	54
ANEXO B.....	55

1 INTRODUÇÃO

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia, através da Resolução nº 001, resolve, em seu artigo 2º, que “os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas” (CFP, 1999). Na mesma resolução, o CFP afirma que os psicólogos não devem colaborar com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades, uma vez que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão.

A formação acadêmica responde a uma demanda de mercado, sendo assim, as universidades, para além do desenvolvimento científico, estão comprometidas com a instrumentalização de novos profissionais que adentram o mercado de trabalho. O Conselho Federal de Psicologia como órgão que regulamenta a profissão, tange também os módulos de ensino.

Desta forma, o discurso acadêmico do curso de psicologia deve, de alguma maneira, estar ressoando as práticas definidas pelo CFP. Diante desta conexão, profissão e ciência, o tema da homossexualidade vem, ao longo do tempo, sendo uma variável que ocupa diversas acepções. Passando de tabu para objeto científico, de homossexualismo (doença passível de cura) à homossexualidade (variação da sexualidade). Mesmo com a incitação dos discursos sobre homossexualidade e a defesa dos direitos humanos, a temática hoje, por vezes, parece encontrar pouco espaço para discussão dentro da universidade e entre os profissionais.

Pensando na formação acadêmica, que leva a uma práxis profissional, o presente trabalho tem por finalidade compreender e problematizar a maneira como a academia, respaldada nas diretrizes enunciadas pelo Conselho Federal de Psicologia, está construindo um protótipo de psicólogo, no sentido de delinear um modelo ideal de profissional da psicologia.

Questionamos aqui se há uma trajetória acadêmica que possibilita, em relação ao tema da homossexualidade, aos alunos de graduação um entendimento sobre a homossexualidade ou se os mesmos acabam sendo conduzidos a pensar e agir de modo

normatizado, reproduzindo um discurso *standart* sobre a sexualidade, mais especificamente sobre as questões que tangem a homossexualidade.

A partir desta resolução, o CFP vem, através de publicações e debates, abordando o tema da homossexualidade e diversidade sexual e estabelecendo diretrizes para a atuação ideal dos profissionais de psicologia. Entretanto, questionamo-nos: para além das publicações e conteúdos teóricos abordados nas disciplinas de um curso de psicologia, como a formação de psicólogo tem abordado essa questão junto aos estudantes? Para além do plano teórico e ideal, quais espaços de reflexão têm sido construídos?

Apesar do discurso padrão do Conselho Federal de Psicologia, a temática da homossexualidade está, atualmente, em um campo de tensão. Diante de falas “pré-ditas” e construções teórico-políticas que respaldam o fazer psicológico, discursos paralelos fazem frente contrária à postura do CFP. A “cura gay” e os tantos outros modos de fazer vem sendo colocados em cena e produzindo rupturas.

Embora tenhamos aumentado o número de debates, parece que ainda não há espaço para reflexões sobre este cenário dúbio. De um lado, pessoas contrárias à homossexualidade e que propõem curas em suas psicoterapias. De outro, profissionais que defendem a diversidade sexual e a existência de sexualidades, e não de uma única forma de viver a sexualidade. As diferenças, entretanto, parecem não dialogar.

Estas diferenças que não são passíveis de escuta na sala de aula acabam sendo encontradas no âmbito da clínica. Recinto que faz sentir, por vezes com “ressentimentos” ou “re-sentimentos”, no contato com a realidade; no fazer clínico estas polaridades se expressam. A subjetivação deste aluno, agora psicólogo formado, terá de sustentar sua prática eticamente, sem ter passado ele mesmo por um entendimento mais aprofundado sobre o que o leva a “acolher” a homossexualidade tal como prescrito pelo CFP, e repassado pela Universidade.

Nesse sentido, essa pesquisa poderá contribuir com os estudos sobre a diversidade sexual e sobre a construção de possíveis formas de diálogo com as diferenças. O encontro e o debate com estudantes de psicologia poderão fomentar nos mesmos a necessidade de rever sua própria formação e a maneira como alguns podem apenas estar reproduzindo discursos padronizados e politicamente corretos.

Essa pesquisa teve como objetivo geral compreender de que maneira o tema da homossexualidade é abordado com os alunos de graduação do curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Tendo este enfoque, foram delineados alguns eixos que auxiliaram na construção dos resultados. Em primeira instância, objetivamos verificar de que modo o Conselho Federal de Psicologia constrói o seu discurso em torno da temática homossexualidade; em seguida, analisamos a grade curricular do curso de psicologia com a finalidade de entender a maneira como o curso estrutura a temática homossexualidade durante as aulas.

Por fim, com estes dois eixos de trabalho definidos, traçamos o último que, juntamente com os alunos da instituição, buscava a compreensão sobre a maneira com que os estudantes, nos dois últimos anos de graduação em psicologia, percebem a temática e como tem se apropriado das reflexões, para além de uma reprodução de conteúdo.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem caráter exploratório e se enquadra no espectro das pesquisas qualitativas. O modelo qualitativo de pesquisa é amplamente defendido pelos pesquisadores de estudos sociais e humanos, uma vez que as ciências sociais têm uma demanda que difere das outras ciências, ditas naturais, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social (GOLDENBERG, 1997).

A pesquisa qualitativa não se ocupa de quantificar os valores e as trocas simbólicas, nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. Desta forma, o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: o importante é que o estudo seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991).

Nessa pesquisa, de caráter qualitativo, inspiramo-nos no método cartográfico para a construção dos resultados. Segundo Passos e Barros (2015), cartografar é uma maneira de reconhecer os territórios, preocupando-se com a compreensão dos elementos institucionais e discursos intrínsecos a um espaço explorado. A pesquisa cartográfica pressupõe a tomada de conhecimento do objeto de estudo, pretende interagir com o campo e assim construir dentro deste campo informações que caracterizam o espaço discursivo.

O termo “cartografia” utiliza especificidades da geografia para criar relações de diferença entre “territórios” e dar conta de um “espaço”. Assim, “Cartografia” é um termo que faz referência à ideia de “mapa”, contrapondo à topologia quantitativa, que caracteriza o terreno de forma estática e extensa, uma outra de cunho dinâmico, que procura capturar intensidades, ou seja, disponível ao registro do acompanhamento das transformações decorridas no terreno percorrido e à implicação do sujeito percebido no mundo cartografado. (FONSECA; KIRST, 2003, p.92).

Nessa direção, a cartografia, enquanto um método de pesquisa-intervenção ocorre de modo não prescritivo, o que não significa ser uma ação sem direção. Por isso, “o desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método – não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas” (BARROS; PASSOS, 2015, p. 17). Embora tenhamos definido objetivos prévios, a presente pesquisa, ao inspirar-se na cartografia enquanto método

considerou que sujeito, objeto e conhecimento são efeitos interdependentes no processo de pesquisar, construindo saberes que foram emergindo no/do próprio fazer.

Sem uma linearidade no pesquisar, mas com um movimento descendente do Conselho Federal de Psicologia ao Curso de Psicologia da UNISC, essa pesquisa foi se fazendo entre voos e pousos, entendendo que “o pouso não deve ser entendido como uma parada do movimento, mas como uma parada no movimento. Voos e pousos conferem um ritmo ao pensamento, e a atenção desempenha aí um papel essencial” (KASTRUP, 2015, pp. 34-35). A atenção, mencionada por Kastrup (2015), apresenta quatro variedades: o *rastreio*, o *toque*, o *pouso* e o *reconhecimento atento*. O rastreio é um gesto de (re)conhecimento do campo, mas rastrear não significa identificar informações. Os saberes emergem de modo imprevisível. Por isso, para a cartografia, o importante é a localização de pistas, de signos de processualidade, ou seja, acompanhar mudanças de posição, de velocidade, de aceleração, de ritmo.

O toque, por sua vez, é sentido como um pequeno vislumbre, quando algo se destaca e ganha relevo no conjunto, em princípio homogêneo, de elementos observados. O relevo não resulta de um objetivo estabelecido *a priori* pelo cartógrafo, é algo que acontece e exige atenção. A partir da atenção ao toque, do relevo, o gesto de pouso indica que a percepção realiza uma parada e o campo se fecha, numa espécie de *zoom*. Nesse movimento um novo território se forma, o campo de observação se reconfigura e a atenção muda de escala. No quarto gesto ou variedade atencional, o reconhecimento atento, “a atitude investigativa do cartógrafo seria mais adequadamente formulada como um “vamos ver o que está acontecendo”, pois o que está em jogo é acompanhar um processo, e não representar um objeto” (KASTRUP, 2015, p.45).

2.1 Delineamento da Pesquisa e Procedimentos

O primeiro movimento da pesquisa foi a caracterização dos discursos do Conselho Federal de Psicologia, explorando documentos e materiais de divulgação da instituição. Em seguida, ocupamo-nos em compreender a estruturação do campo universitário a partir da compreensão do projeto pedagógico do curso de psicologia e de informes divulgados pelo site da instituição universitária. Por fim, a pesquisa se comprometeu em fazer um

entendimento dos discursos apresentados pelos universitários. A técnica do grupo focal foi utilizada para entrar em contato com a ação discursiva dos universitários.

O grupo focal foi realizado com alunos matriculados nos últimos anos (do 7º ao 10º semestre) do curso de graduação de psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Os participantes deveriam preencher os seguintes critérios: idade igual ou superior a 18 anos, estar matriculados nos últimos 4 semestres do curso de psicologia e voluntários para a participação na pesquisa. Não houveram restrições quanto ao sexo, gênero ou raça.

O processo de recrutamento dos sujeitos para esta pesquisa foi através da divulgação de cartazes explicativos, espalhados pelo prédio 35 da Universidade de Santa Cruz do Sul, e de convites por meio das redes sociais (*facebook*).

Para a construção dos dados foi utilizada a análise de documentos do Conselho Federal de Psicologia e a análise das ementas das disciplinas do curso de Psicologia da UNISC, que fundamentou a discussão no grupo focal com os acadêmicos do curso de psicologia. O roteiro de questões do grupo focal foi desenvolvido após essa primeira etapa.

De origem anglo-saxônica, a técnica de grupo focal (GF) foi introduzida no final da década de 1940. Desde então, tem sido utilizada como metodologia de pesquisas sociais, principalmente aquelas que trabalham com avaliação de programas, marketing, regulamentação pública, propaganda e comunicação (STEWART; SHAMDASANI, 1990).

Como técnica de pesquisa qualitativa, os grupos focais coletam dados a partir de reuniões em grupo com pessoas que representam o objeto de estudo. A técnica do GF pode ser utilizada no entendimento das diferentes percepções e atitudes acerca de um fato ou prática. O grupo focal pode ser considerado uma espécie de entrevista em grupo, a essência do grupo focal consiste justamente na interação entre os participantes e o pesquisador, que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos (por isso é chamado grupo focal).

Está previsto para o funcionamento do grupo focal 6 etapas distintas. São elas: abertura, preparação, debate, encerramento, discussão, ação posterior. (DEBUS, 1988). A abertura e a preparação são os momentos em que o moderador do grupo focal, junto ao observador, busca estabelecer um *rapport* com o grupo. Nesta etapa deve ser feita uma breve introdução dos objetivos do grupo, assegura em seguida aos participantes que não existem opiniões corretas, e que opiniões contrárias são bem aceitas no grupo. A fase da

preparação consiste em estabelecer uma boa relação entre os participantes, nesta etapa, o moderador e observador convidam os participantes a se apresentarem, de modo a propiciar uma interação entre os sujeitos do grupo. Esta etapa deve durar em média 10 minutos.

A segunda etapa é o momento do debate, recomenda-se que o moderador faça uma transição de questões mais concretas para as mais abstratas. O objetivo desta etapa está calcado em aproximar ao grupo de maneira gradual aos objetivos da pesquisa. (DEBUS, 1998). O moderador deve dispor da sua habilidade de permitir que o debate transcorra de forma espontânea, estando atento, porém, para os prováveis desvios do tema. É essencial a investigação em profundidade. Retomo a relevância de se fomentar desacordos legítimos entre os participantes. A técnica de grupos focais não pressupõe a busca de consensos.

A terceira etapa do grupo focal é o encerramento e, neste momento, requer a exposição de modo sucinto da discussão promovida pelo grupo focal. Nesta fase de encerramento é possível esclarecer dúvidas que tenham ficado pendentes. É necessário que o moderador fique atento para não inferir juízos de valor ao resumir os posicionamentos do grupo. A meta desta etapa é identificar, com o grupo presente, os principais conteúdos, ideias e sentimentos expressos pelo grupo.

As etapas 4 e 5 são posteriores à avaliação grupal. Após a realização do grupo, é necessário que se faça uma discussão envolvendo a análise de implicação do moderador em relação à pesquisa e ao grupo. Este momento se faz necessário para que se possa refletir sobre os sentimentos expressos pelo grupo, separados daqueles expressos pelo moderador.

A última etapa consiste na ação pós grupo, na qual se avalia se os resultados apurados com o encerramento do grupo foram suficientes às questões levantadas pela pesquisa. Esta etapa visa verificar se as necessidades de informação foram satisfeitas, se são necessários mais grupos, se o temário precisa ser revisto e se é necessária uma investigação quantitativa de alguns resultados. Feita essa primeira análise, deve-se tomar providências para futuras investigações. (DEBUS, 1998).

2.2 Considerações Éticas

A pesquisa atual esteve comprometida em respeitar de modo preciso as definições éticas prevista pela Resolução Federal nº 510, de 07 de abril de 2016, que considera que a pesquisa com seres humanos implica em um agir ético do pesquisador, na qual demanda

uma ação consciente e livre do participante da pesquisa, garantindo, ao longo da pesquisa, respeito e exercício pleno dos direitos do participante.

A pesquisa construiu, junto aos participantes, um espaço para a reflexão sobre a temática aqui abordada, intercambiando a homossexualidade (tema recorrente, porém pouco aprofundado em sala de aula e objeto de estudo da psicologia) com a trajetória acadêmica constituída pelos participantes do grupo. A importância deste estudo está na possibilidade de criar um espaço para o debate de um tema pouco explorado nos espaços acadêmicos de maneira a respeitar as diferentes opiniões que podem surgir em torno do assunto.

Mediante a temática abordada, em que na atual conjuntura sociocultural encontra-se em conflito (debate marcado por opiniões contrárias), o mediador (pesquisador) esteve preparado para intermediar essas opiniões conflitivas que (e devem, no sentido de que é um espaço de expressão livre, de opiniões sobre o tema) surgiram de maneira respeitosa, acolhendo as diferentes opiniões com consideração e deferência.

Considera-se que essa pesquisa apresentou riscos mínimos, uma vez que é prática corrente no curso de psicologia a realização de debates sobre os mais variados temas. Como a proposta foi de uma roda de conversa, ninguém esteve exposto a situações vexatórias e as diferentes opiniões foram acolhidas e respeitadas. Mesmo com os cuidados éticos necessários, para os casos que, de alguma maneira, houvesse a manifestação de algum desconforto em função da temática debatida, a pesquisadora esteve junto ao orientador a dispor a esses participantes, ao final da realização do grupo focal, conforme previsto pelo Capítulo I, segundo parágrafo do Artigo nº 2 da resolução nº 510, um espaço de escuta como assistência imediata ao participante que declarar danos imateriais decorrentes da participação da pesquisa.

Considerou-se que essa pesquisa apresentou tanto benefícios diretos quanto indiretos. Os participantes da pesquisa foram beneficiados diretamente em função da própria atividade, ou seja, do grupo focal constituindo-se como uma roda de conversa, um espaço livre de opiniões onde se pretendia discutir e refletir a questão da homossexualidade e da formação acadêmica. Essa atividade pôde, portanto, contribuir com a formação profissional destes futuros psicólogos. De outro lado, a pesquisa trouxera, potencialmente, benefícios ao curso de psicologia da UNISC, uma vez que as discussões

poderão levantar não apenas críticas, mas sugestões de como o tema pode ser melhor abordado no decorrer da formação.

Vale ressaltar que a pesquisa só teve início com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, sendo apresentada à instituição uma carta de aceite institucional do curso de psicologia (vide Anexo A). É importante salientar que os participantes da pesquisa foram convidados, e só participaram aqueles que concordaram, mediante apresentação, leitura e compreensão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B) atestado, que concordam com os riscos e benefícios da participação neste estudo.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A discussão em torno da homossexualidade vem convulsionando os mais diversos espaços sociais. As pesquisas em torno do assunto corroboraram para a destituição da homossexualidade como uma patologia pela Organização Mundial de Saúde, demarcando um novo cenário para a compreensão deste fenômeno. Segundo Laurentini (1984), o surgimento de organizações sociais e políticas, no Brasil, denominados “grupos gay” e também pronunciamentos das sociedades científicas demarcam um movimento de oposição ao código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID). Este código refere-se a "Homossexualismo" e está incluído no Capítulo V: Transtornos Mentais.

Até o final do ano de 1983 trezentos e nove políticos, desde um governador até cento e sessenta e sete vereadores já haviam subscrito abaixo-assinado de apoio à moção de determinado "grupo gay" contrária ao "código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, adotada pelo Governo Brasileiro que qualifica a homossexualidade como desvio e transtorno mental. (LAURENTINI,1984, p. 344).

A despatologização da homossexualidade, em 1985, representou o primeiro resultado efetivo dos militantes homossexuais, representa um marco muito relevante na luta contra a discriminação e “subcidadania” homossexual (CARNEIRO, 2016). Dentre os desdobramentos destes movimentos políticos e sociais, destaca-se a visibilidade que a temática vem ganhando no meio acadêmico, despertando o interesse de pesquisadores principalmente nas áreas da saúde, ciências humanas e sociais.

O interesse da comunidade científica para o assunto propulsiona a produção acadêmica que visa compreender as origens deste modo de expressão da sexualidade, bem como entender as repercussões sociais que incide no corpo físico, psíquico e meio social. A discussão do tema, não somente nos espaços acadêmicos, mas também em diversos outros espaços sociais, implica em uma produção múltipla de discursos. Estas formas variadas de contemplar, interpretar e se relacionar com o tema vai variar de acordo com aspectos subjetivos daquele sujeito e/ou grupo que discursa.

A psicologia também produz maneiras de dizer sobre a homossexualidade. Enquanto ciência encarrega-se de refletir sobre as inferências da sexualidade sob os vários aspectos da vida do sujeito, investigando inclusive a saúde mental da exposição deste que

vive destoante da normativa social, que regula as expressões da sexualidade. Preconceito, desenvolvimento sexual e subjetividade são alguns assuntos ligados à homossexualidade, sujeito à investigação pela comunidade acadêmica.

Enquanto grupo, ou categoria profissional, os psicólogos construíram ao longo do tempo maneiras de pensar sobre o tema. Os discursos estão respaldados pela comunidade acadêmica e produções científicas e regulamentado pelo Conselho Federal de Psicologia, que vem construindo práticas implicadas, política e eticamente, com o tema da homossexualidade, por vezes inserindo-se no movimento LGBT¹.

Este trabalho pretende verificar o modo como a psicologia, enquanto ciência e profissão estrutura um modo de ser psicólogo que contempla o ser humano por esse aspecto, o da sexualidade. Nesta direção, mostra-se fundamental a tentativa de compreender o discurso padronizado, politicamente correto da profissão.

Este estudo pode ponderar sobre novos dispositivos que possibilitam uma discussão e reflexão mais aprofundada no decorrer da graduação, sugerindo que a homossexualidade envolve mais que a reprodução de conceitos como homofobia, preconceito e heteronormatividade. Tais dispositivos podem contribuir para a formação de psicólogos mais implicados com esse tema, e que conseguem refletir sobre os seus próprios preconceitos.

3.1 A construção da homossexualidade na contemporaneidade

O lugar da homossexualidade foi, junto com diversos outros conceitos, diluído naquilo que Bauman (2004) intitula de Modernidade Líquida. Em tempos de desconstrução das conceituações rígidas e categóricas, a sexualidade começa a ser mitigada dando lugar para o reconhecimento de novas formas de viver a sexualidade.

No mundo pós-moderno, o fenômeno da globalização traz consigo uma disseminação bastante rápida de maneiras de ser, articulando e desarticulando o homem contemporâneo de um "perfil identitário" ao longo da sua trajetória (COSTA, 2010).

¹ No dia 08 de junho de 2008, durante a I Conferência Nacional GLBT, decidiu-se mediante votação, pelo uso da terminologia LGBT para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil. Posteriormente, em dezembro de 2008, no maior evento do movimento LGBT do Brasil, o Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – EBLGBT também decidiu-se pelo uso do termo LGBT. (ABGLT, 2010).

Foucault (2004) evidencia que a ideia de homossexualidade é historicamente datada, pois depende da noção de sexualidade, que é igualmente moderna.

Desenhar uma história da homossexualidade é compreender os discursos intrínsecos à sexualidade. Significa questionar o que esses discursos exprimem e o que eles asseguram como verdade, ou melhor, qual é a força motriz de verdade que está em ação e, partindo disto, a constituição de verdades materializadas através dos mecanismos de poder. Como afirma Foucault (1988), trata-se de imergir a produção exuberante dos discursos sobre o sexo no campo das relações de poder, múltiplas e móveis.

Os mecanismos de saber e poder se descolaram das igrejas e foram alojadas na ciência. As ciências médicas e a psicanálise tomaram o sexo como objeto de análise e produziram discursos normativos sobre a sexualidade, entre elas a homossexualidade (FOUCAULT, 1992). O “homossexualismo”, em que o sufixo “ismo” outorga a noção de doença, foi considerado, historicamente, como uma condição passível de tratamento e, portanto, seguindo a ideia foucaultiana de controle.

Durante grande parte do século XX, a homossexualidade esteve atrelada ao campo da doença. Somente em 1973 a American Psychiatry Association (APA) elimina a homossexualidade do DSM (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), e em 1990 a Organização Mundial da Saúde retira tal categoria do rol de doenças da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, o CID-10. No âmbito da psicologia brasileira, apenas em 1999 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) instaura uma portaria proibindo que psicólogos exerçam práticas de tratamentos de "cura" e/ou das chamadas "terapias de conversão", reconhecendo oficialmente que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão. A despatologização da homossexualidade não significa, no entanto, a superação da ideia de uma "sexualidade anormal". Os DSM III e IV estão repletos de categorias de disfunções e transtornos relativos à sexualidade e ao gênero. (SANTOS,2013, pg.18).

Por meio da construção discursiva a homossexualidade foi sendo modificada, estando flutuante entre aquilo que é normal e patológico. O surgimento da divisão entre homossexuais e heterossexuais fez com que os indivíduos que se classificassem como homossexuais passassem a ser vistos como tendo desvios; sendo assim, relegados à marginalidade (FARO, 2015).

A marginalização da homossexualidade corroborou no surgimento de grupos e, conseqüentemente, de uma cultura homossexual caracterizada por um estilo de vida e,

principalmente, por uma maneira de viver, de se comportar, de sentir, desejar, amar, sofrer e vivenciar as diversas experiências da vida (SOUZA, 2013).

3.2 A psicologia e seus discursos: do homossexualismo à homofobia

A psicologia surge em um *zeitgeist* positivista ainda no século XIX e está fortemente atrelada ao saber dos médicos. A psicologia se desenvolve a partir do estudo das manifestações das emoções no corpo físico, um entendimento mecanicista onde há causa e efeito diretamente correlacionados. (SCHULTZ; SCHULTZ, 2002).

Com o desenvolvimento da psiquiatria e da psicanálise, a homossexualidade se instaura definitivamente no campo da doença. A Psicanálise, ao tratar do fenômeno, correlaciona a homossexualidade com limitações dos instintos sexuais na infância, o que inibiria o desenvolvimento da heterossexualidade. (FREUD, 1976). Durante alguns anos, a Psicologia, através de alguns autores, pôde dar a sua parcela de contribuição para a construção de pensamentos e crenças sobre as causas que desencadeiam o homossexualismo.

Na década de 50, com o surgimento do Behaviorismo, Skinner (1957) postula que o comportamento humano está alicerçado nas contingências do meio ambiente, sendo assim, todo e qualquer comportamento humano (emoção, ato, etc.) se manifesta de acordo com a interação entre corpo e meio social, ambiente físico e também ambiente interno (cognição, emoção).

A modelagem, técnica behaviorista, consiste em eliminar a incidência de comportamentos inadequados em detrimento de comportamentos socialmente aceitos através da administração dos acontecimentos no ambiente, através do qual o comportamento se expressa. Estipula-se esquemas de reforço (positivo ou negativo) e de punição para reduzir ou aumentar a frequência de um comportamento. (SKINNER, 1970).

Seguindo a lógica mecanicista da psicologia comportamental, o comportamento sexual, também é passível de ser modificado. A partir das premissas da teoria Skinneriana, a administração do meio interno e externo do sujeito, cujo comportamento sexual desvia da normativa, pode acarretar na manifestação do comportamento adequado e a concomitante

redução do conjunto de comportamento desadaptado (trejeitos, desejos) que compõe a homossexualidade.

O homossexualismo no campo da doença, marginalizado sócio-culturalmente, agora encontra-se “curado” a partir deste saber que a ciência outorga o poder para a psicologia de sanar aqueles acometidos pelo então comportamento sexual inapropriado.

A partir da década de 60, o poder instituinte manifesto por defensores dos direitos dos negros, daqueles que acreditaram na liberdade civil, movimento estudantil e o movimento feminista, o movimento *gay*, entre outros começam a se organizar, promovendo movimentos articulados que visavam a quebra dos paradigmas políticos e sociais daquele momento. (GAGNON, 2006).

Segundo Gagnon (2006), estas contraposições concebidas pela própria sociedade, foram responsáveis pelo questionamento do *status quo* e passam a produzir um discurso que defronta tanto as postulações da psiquiatria e psicanálise, quanto as da psicologia. Tais discursos fomentaram a produção científica principalmente na área das ciências sociais, que naquela época buscavam compreender a convulsão sócio-política que se empoderava.

Para os cientistas sociais, a homossexualidade era socialmente construída pela cultura e pela história, e não por fatores biológicos ou distorções precoces da personalidade. A psicologia sócio-histórica, a psicologia da Gestalt e psicologia social trazem consigo uma nova forma de compreender o sujeito. (BOCK, 2002).

O surgimento de novas maneiras de se compreender os fenômenos psicológicos do sujeito contribui com a ideia de que o homem é sujeito que se constitui a partir de sua história e seu contexto social e cultural. A homossexualidade se torna fenômeno, deixa o seu sufixo (ismo) e passa a ser compreendida como uma manifestação pessoal, não sendo mais produto de interações orgânicas, ou contingências comportamentais.

É a partir de uma visão sócio-histórica que os seres humanos, enquanto sujeitos históricos, se constituem por meio de diversos fios normatizadores e tantos outros pontos de resistência e produção de singularidades que tecem um modo de ser e de viver, estabelecendo variados modos de relacionar-se consigo e com os outros. (SEDGWICK, 2007).

3.3 O CFP e a homossexualidade, que discurso é esse?

Segundo informações acessadas no site institucional do Conselho Federal de Psicologia, este pode ser entendido como uma instituição autônoma de direito público, com independência financeira e administrativa. O CFP tem por finalidade, além de regulamentar, orientar e fiscalizar o exercício profissional, promover espaços de discussão sobre os temas de interesse à Psicologia. (CFP, 2000).

Enquanto órgão regulador da atuação profissional do psicólogo, o CFP postula, no dia 22 de março de 1999, a resolução de nº 001/1999, apresentando as seguintes normativas:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica. (CFP, 1999, s/p).

Para o Conselho Federal de psicologia, o estabelecimento da orientação sexual como doença se enquadra no processo de medicalização da vida, que coloca como patológicas questões de ordem social ou cultural. Desta forma, o Conselho Federal preconiza determinadas posturas profissionais, em detrimento de outras que foram sendo desconstruídas.

Em vigor desde 1999, a resolução nº 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999) é um importante marco por delinear a prática dos psicólogos para/com a questão da orientação sexual. Na tentativa de rever esta resolução, encontra-se em trâmite na Câmara dos Deputados, desde 2011, o Projeto de Decreto Parlamentar (PDL) nº 234/2011, criado pelo Deputado Federal João Campos, da Bancada Fundamentalista Cristã. Com o objetivo de discutir este projeto, foi realizada uma Audiência Pública no dia

28 de junho de 2012. No evento, ficou evidenciado a fala e o posicionamento ético e metodológico de Marisa Lobo, notória psicóloga promotora do movimento sócio-político a favor da cura de homossexuais. (PEDRINI, 2012).

O projeto tem por objetivo retirar os artigos 3º e 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 001/1999, pois nos argumentos presentes no próprio documento, entende-se que o Conselho Federal de Psicologia, ao restringir o trabalho dos profissionais e o direito da pessoa de receber orientação profissional, por intermédio do questionado ato normativo, extrapolou o seu poder regulamentar. O Conselho Federal de Psicologia, ao criar e restringir direitos mediante resolução, usurpou a competência do Poder Legislativo, incorrendo em abuso de poder.

O CFP enquanto instituição produtora de subjetividades, de profissionais subjetivados, acaba demarcando algumas identidades e definindo práticas a serem reguladas e disciplinadas. Sendo assim, acaba por empuxar aquelas tantas outras possibilidades de produção discursiva, sujeitos constituídos por vivências outras e atravessados por saberes, crenças e uma subjetividade que foge da linearidade desse discurso formatado. (NASCIMENTO, 2010).

Segundo Sposito (2012), na atualidade, Psicologia, religião e sexualidade se apresentam explicitamente opostas aos pressupostos da Resolução CFP 01/99. Trata-se de um vínculo meticuloso, no qual está em jogo o papel social do profissional da Psicologia na sociedade brasileira.

Segundo Natividade (2009), existem no Brasil uma variedade de grupos religiosos cristãos que condenam a homossexualidade e propõem práticas que visam extinguir tal comportamento, dentre esses, o autor cita o CPPC – Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos, que divulgou diversos artigos que buscavam compreender a causa da homossexualidade e, desta maneira, facilitar o tratamento da mesma.

Os discursos incongruentes com os preceitos do CFP, como o caso mais recente da psicóloga Mariza Lobo e sua proposta de implementar a “cura gay”, além do Projeto de Decreto Parlamentar (PDL) nº 234/2011, do Deputado Federal João Campos (Bancada Fundamentalista Cristã), aparecem de maneira a denunciar uma lacuna que existe entre a formação subjetiva dos alunos graduandos e as proposições do Conselho Federal de

Psicologia enquanto órgão regulador da profissão, instrumento que determina uma lógica e tenta definir o certo e o errado (NASCIMENTO, 2010) dentro da categoria profissional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa seguem apresentados a partir do fluxo de pensamento em que emergiu o campo problemático desta investigação. O primeiro movimento de apropriação do conteúdo consiste em uma contextualização do discurso atual do Conselho Federal de Psicologia frente à temática da homossexualidade, evidenciando campanhas, notas e notícias dessa instância, que foram constituindo um percurso histórico. Reiteramos que, nesse percurso, não era nosso objetivo reconstruir fidedignamente estes momentos históricos, mas pontuar posicionamentos e reflexões da categoria. Da busca no *site* do Conselho Federal de Psicologia, partimos para a pesquisa de documentos oficiais do Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul.

No segundo movimento, buscamos identificar as disciplinas e referências em relação ao tema da homossexualidade, previstos pelo Projeto Pedagógico do Curso. De uma determinada maneira, o currículo do curso expressa ou deveria expressar a “materialidade” desses discursos do CFP, representados nas ementas, objetivos ou conteúdos programáticos das disciplinas ofertadas. Como último movimento, que poderá abrir caminhos para outros devires, realizamos uma roda de conversa com os acadêmicos, apresentando como disparador uma apresentação em *slides* e vídeo, produzidos pela acadêmica pesquisadora, com os principais resultados encontrados até o momento. Ao convocar os acadêmicos para o debate e enfrentamento de alguns paradoxos relativos ao tema, também nos sentimos convocados, enquanto acadêmica e orientador, a refletir sobre como o tema da homossexualidade é tratado na formação em psicologia. Para esses movimentos da pesquisa e do pesquisar, que foi constituindo um percurso de pensamento, é que buscamos dar visibilidade nas páginas que seguem.

4.1 O Conselho Federal de Psicologia e o seu discurso sobre a homossexualidade

Foi realizada uma busca na página virtual do CFP sobre publicações que esse realizou entre 1999 até o ano de 2016. A partir desta busca feita, tendo como base a palavra homossexualidade, foram coletadas 39 notícias, 6 eventos, 1 arquivo de áudio e uma publicação, que, segundo o site do CFP, tem relação com a temática desta pesquisa. Nessa busca foi incluído o ano de 1999, em função da publicação da Resolução nº 01/99, que

dispõe sobre as normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. A partir dessa busca, construiu-se uma linha do tempo com os principais resultados encontrados no site, conforme apresentamos na figura 1.

Figura 1: Linha do tempo



Fonte: Figura elaborada pela própria autora

As notícias coletadas para esta pesquisa mostram que, a partir da instituição da referida resolução, o discurso do CFP tem se voltado para a defesa da legitimidade deste documento que reconhece a homossexualidade como expressão de uma variação de um campo mais amplo que é a sexualidade, sendo assim, homossexualidade é parte integrante do sujeito.

Um importante documento publicado pelo CFP foi o livro “Psicologia e Diversidade Sexual: Desafios Para Uma Sociedade de Direitos”. Trata-se de uma coletânea

contendo textos produzidos a partir de debates realizados no “Seminário Nacional Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos”, que ocorreu entre os dias 17 e 19 de junho de 2010, em Brasília. Esse encontro e o livro são resultados da percepção do Conselho Federal Psicologia (CFP) e de todos os 17 Conselhos Regionais sobre a importância de socializar experiências, demandas recebidas e dialogar com a categoria sobre as relações entre Psicologia e diversidade sexual (CFP, 2011).

Nessa publicação, encontramos opiniões e manifestação de alguns profissionais que, em um debate anterior à publicação do livro, compuseram uma mesa de discussão para tratar do assunto da diversidade sexual, sendo que

As falas dos palestrantes, os debates entre eles e as questões dos participantes são importantes na construção das formas de enfrentamento à homofobia, no fortalecimento das práticas psicológicas baseadas na inclusão e no respeito às diferenças e, sobretudo, na renovação de apoio e reconhecimento da Resolução 001/ 99. (CFP, 2010, p.8).

Vale ressaltar que o evento que antecede a publicação foi o primeiro encontro promovido pelos conselhos regionais e federal com a finalidade de versar sobre a temática que envolve também a discussão da norma do CFP proposta em 1999. Sobre a legitimidade da norma, Rios (2011) vai defender a concepção de que a resolução 1/99, antes de se constituir enquanto norma, representa um acordo coletivo da classe profissional, que decide sobre o exercício de práticas que, embasados cientificamente e respaldados em uma experiência profissional historicamente desenvolvida, seriam proveitosas e úteis ao sujeito que chega à clínica em sofrimento.

Gostaria de mais uma vez ressaltar a importância do nosso Conselho de Classe e a das Resoluções, em especial a da Resolução 1/99, objeto de reflexão deste seminário. As resoluções são, por princípio, acordos coletivos. São os psicólogos que fazem a profissão e a ciência que dizem qual conhecimento e qual prática, cientificamente embasada, é humanamente útil. Quando uma resolução surge, ela em geral vem para dar conta de um mau uso do conhecimento. A Resolução 1/99 foi instituída porque nós, como categoria, percebemos que estávamos contribuindo para transformar diferença em desigualdade. Ela é um dispositivo coletivo para nos colocar de volta à nossa missão, que, em última instância, é a de contribuir para tornar menos árdua e mais prazerosa a vida humana no mundo.” (RIOS, 2011, p. 38).

A norma, segundo Rios (2011), fora produzida consensualmente pelos profissionais e tem por fim fazer uma distinção entre um serviço de psicologia que está alinhado teórico-

metodologicamente aos pressupostos obtidos ao longo de anos pela comunidade científica. A resolução, portanto, contrapõe-se a outras práticas que, sob a chancela da ciência da psicologia (simbolizada pelo certificado de conclusão de curso), exercem práticas que não estão legitimadas pela ciência da psicologia, conforme apresentado anteriormente sobre o debate da “cura gay” (SPOSITO, 2012).

Ficam à margem, pela resolução, psicólogos diplomados e que outorgam concepções religiosas ao saber da psicologia e, em seu nome, promulgam a oferta de um serviço que não se sustenta teoricamente, tampouco está evidenciada pela garantia de eficiência no cumprimento do proposto. Retomando a ideia Nascimento (2010) sobre o hiato existente entre a norma delimitada pelo Conselho Federal de Psicologia e a formação subjetiva dos profissionais da psicologia, Rios (2011) complementa dizendo que existe um processo de deturpação e precarização do conhecimento produzido historicamente pela psicologia enquanto área do conhecimento, associado à consequente oferta de serviços não respaldados por uma experiência ou concepção teórica da psicologia, direciona a classe profissional para a elaboração da resolução.

Pensando na sexualidade enquanto objeto de estudo e contemplação da psicologia, entendemos que

A sexualidade diz respeito à Psicologia, mas não porque exista, talvez, uma homossexualidade, uma heterossexualidade ou uma bissexualidade da qual devamos nos aprofundar ou buscar os funcionamentos psicológicos específicos do tipo: mecanismos psíquicos (ou comportamentos) típicos da hetero, homo e bissexualidade. Ao contrário, nos diz respeito porque a impossibilidade de exercitar e ter a prática sexual que quisermos interfere em nossa saúde mental, sem, contudo, reduzir-nos a ela. (TEIXEIRA FILHO, 2011, p.52).

Historicamente, os conceitos de normalidade vêm sendo, dentro do campo das ciências humanas, problematizados a partir de uma produção do conhecimento que visa a crítica aos modos dominantes de subjetivação e orientados por um olhar ampliado das relações de produção da subjetividade em um dado período e nas condições circundantes (tempo histórico e espaço). Pensa-se assim, menos nos porquês e mais nas relações de poder, ou seja, “como” e/ou em função de que, tais fenômenos acontecem no espaço social.

Pensando por esse prisma, a história da homossexualidade enquanto objeto de estudo da psicologia passa por transformações significativas. Houve um momento em que, através de autores como Freud e Skinner, a psicologia operou para confirmar a

medicalização ou normalização de uma sexualidade “perversa”, muito em função do florescer da razão e ciência positivista que imporia a norma (FOUCAULT, 1988). No decurso da história a experiência pouco eficiente (vez que a homossexualidade continuou a existir apesar dos esforços técnicos e conceitualizações científicas que dela deveriam dar conta) do tratamento impôs à ciência a reflexão sobre o fracasso em medicalizar ou corrigir determinados modos de viver a sexualidade.

Ora, se à maneira clássica os métodos de normalização, correção ou segregação não produziram efeitos eficientes, então que será “isso” que tanto pretendeu se combater? Vale ressaltar aqui que a violência histórica registrada a partir da segunda guerra mundial, e a elaboração dos direitos humanos, além do surgimento de reflexões filosóficas sobre as instituições (FOUCAULT;DELEUZE,1972) deram condições para o desenvolvimento metodológico das ciências humanas viabilizando a compreensão da homossexualidade, por outras vias.

O fracasso do modelo tradicional de se produzir conhecimento impulsionou a ciência a buscar por outras vias a compreensão do fenômeno da homossexualidade. Este novo modelo permitiu uma observação engendrada também nas modificações do discurso social dominante (SILVA, 2008). Deste modo, a homossexualidade deixou de estar segregada pelo binômio normal/patológico, e passou a ser visto enquanto faceta da sexualidade, um fenômeno que existe ao longo da história da humanidade e que, por determinações de um contexto sociocultural, está sujeita a diferentes significações. Dependendo da disposição de instituições e das relações de poder, a homossexualidade pôde, no decurso da história, tanto fazer parte da vida cotidiana, como também estivera condenada às trevas, hospícios e clínicas outras de reabilitação da sexualidade “normal”.

Vale dizer que o processo de democratização, que dá voz a todos; o modo de produção capitalista, que faz distinção do sujeito pelo seu poder de compra e aptidão ao consumo (GIDDENS,2003; BAUMAN,2007), parece ter favorecido o florescimento de uma nova compreensão sobre a homossexualidade. Homossexuais, passaram a ser entendidos enquanto força de trabalho e sujeitos que detém o poder de compra. A lógica social contemporânea cede visibilidade e espaço a todos que podem representar lucro, seja pelo trabalho ou consumo. A abertura cedida pelo contexto sócio econômico que vai realocar o poder engendrado na lógica mercadológica do capitalismo é a atmosfera que

envolve a produção de movimentos sociais e descobertas científicas que vão juntos dar um novo sentido não só à homossexualidade, mas outras expressões da sexualidade. Os estudos da psicologia social crítica, que surge em meio aos ares do contemporâneo, denominam a homossexualidade enquanto variante da sexualidade em detrimento ao homossexualismo, ou desvio de uma norma, ao ser combatido.

As inquietações, pouco a pouco aclamadas pela ciência da psicologia, permitiu esculpir um campo do saber em um determinado espaço e tempo, o contemporâneo. O conceito de homossexualidade e de outras tantas formas de expressão da sexualidade todas, atualmente, compondo o campo das diversidades sexuais foi sendo caracterizado e redescoberto.

Diante desta postura investigativa que é ética, no sentido de direcionamento das ações; estética, remetendo à ideia de arte, produção de um novo campo do saber; e política, aqui enquanto postura engajada na produção de novas formas de subjetivação, Teixeira Filho (2011) vai lançar luz aos discursos de algumas práticas psicológicas contemporâneas que estão sendo balizadas pelo que chamou de “valores heteronormativos”. Tais valores inviabilizam outras formas de vivenciar a subjetividade e a sexualidade, fora dos parâmetros heteronormativos.

É importante, portanto, prestar a atenção na fala dos nossos colegas psicólogos (sim, eles são psicólogos!) Silas Malafaia e Rosângela Justino— apenas para citar alguns —, que reproduzirei aqui. Queiram vocês ou não, é uma fala produzida por colegas de profissão. Malafaia diz o seguinte: “A heterossexualidade é o padrão, já que o ser humano é o ser criado por Deus e ele não tem uma fórmula para gerar homossexuais”. E mais, foi perguntado à Rosângela Justino: “Como psicóloga, a senhora aprendeu que a sexualidade faz parte da identidade do sujeito e assim deve ser compreendida na sua totalidade. Em que essa orientação se confronta com a sua formação cristã?”. Ela responde: “Na Associação de Apoio ao Ser Humano e à Família não estou na função de psicóloga, mas não há qualquer confronto da minha profissão com a minha religião. Deus é o senhor de todo o conhecimento. Quando a ciência chega a uma verdade é porque ela está de acordo com as orientações de Deus”. (TEIXEIRA FILHO, 2011, p.53).

O posicionamento político da psicologia em discutir a validade científica, existência ou não das variações de sexualidade prejudica o que de fato é problemático, que,

segundo o autor citado acima, é a homofobia² presente na cultura vigente e que permite o surgimento de discursos tais como os citados pela mesma.

Demonstrando que a hetero, a homo ou a bissexualidade existem, aí nós ficaremos em um impasse, fazendo a categorização sobre o que é científico e o que não é científico, e deixando de atacar diretamente o problema que é, a meu ver, a homofobia que autoriza esse tipo de fala, esse tipo de lógica. (TEIXEIRA FILHO, 2011, p.53).

A psicologia, que surge em meio ao discurso heteronormativo, vai, ao longo do tempo, desvencilhando-se deste fio condutor e possibilita o reconhecimento tanto aprofundado do território da sexualidade, depois passando a expandir as fronteiras que antes delimitavam para a heterossexualidade, caracterizando outras tantas variantes de gênero e sexualidade, dentre elas a homossexualidade. Tomando a ideia de Teixeira Filho (2011), a construção deste campo de saber parece ser norteadora da resolução 1/99 e, portanto, cria no espaço da práxis algumas delimitações sobre de que forma a classe profissional entende do assunto. A norma disposta pelo CFP ainda é uma derivada de toda uma história de produção de conhecimento sobre o fenômeno da sexualidade.

Pensando na prática clínica, os autores apresentam a ideia mais atual dentro da psicologia sobre a(s) sexualidade(s) enquanto orientação do desejo. Caracterizam-se as expressões desta sexualidade e do desejo, porém, não se trata da temática enquanto opção sexual, como se o sujeito tivesse uma escolha, livre e conscientemente sobre a orientação deste desejo, conforme problematizado na fala abaixo:

Caso a orientação sexual seja realmente uma opção, eu gostaria de perguntar aos heterossexuais aqui presentes: qual foi o dia no qual, diante do espelho (ou não), qual era a roupa que você estava usando, se estava de brinco ou se estava de óculos, se estava de gravata, enfim, me digam, em detalhes, o dia em que vocês optaram em ser heterossexuais? (TEIXEIRA FILHO, 2011, p. 56).

A problematização da cultura em vigor, que nos impõe normas que regem a sexualidade e o campo das relações afetivas, é o que parece direcionar o pensamento atual da psicologia enquanto ciência e do CFP enquanto instituição que regula uma práxis sobre

² O termo “homofobia” é um neologismo cunhado pelo psicólogo clínico George Weinberg (1972), que agrupou dois radicais gregos homo (semelhante) e fobia (medo) – para definir sentimentos negativos em relação a homossexuais e às homossexualidades (JUNQUEIRA, 2012, p.3).

as sexualidades, sustentando maneiras de se pensar em uma clínica que pode contrapor às segregações das práticas sexuais e das diferentes variações de gênero.

Por isso a pergunta sempre importante: que tipo de clínica, de vida, de experiência afetiva, emocional, sensual, sexual, que tipo de relações se estabelecem em um contexto onde a norma é heterossexual, machista e sexista? E, na sequência, quais dentre essas experiências, eticamente falando, podem ou não, permitiremos ou não que persistam? Talvez a pergunta que devemos fazer às instituições representativas do poder (o Conselho Federal de Psicologia, por exemplo) não seja tanto que diferenças existem entre isso ou aquilo, nem, tampouco, que diferenças devem ou não ser garantidas. Mas sim o quanto elas podem, minimamente, garantir nossa possibilidade inerente de diferenciar-nos uns dos outros para além de nossas orientações e identidades sexuais. É essa é a aposta de uma clínica *queer*³. (TEIXEIRA FILHO, 2011, p.66).

A Teoria Queer pretende se contrapor às segmentações da sexualidade e de gênero, que, a partir do modelo construtivista, delegam às diversas categorias de expressão da sexualidade o poder de instituir um campo normativo, produzindo então o homossexual, o bissexual etc.: o “queer revela um olhar mais afiado para os processos sociais normalizadores que criam classificações” (MISCOLSKI, 2009, p.169). Há, dentro deste movimento, que é sócio, histórico, cultural e também intelectual, uma incessante desconfiança da estabilidade preeminente nas categorizações da sexualidade e das expressões de gênero, ainda que haja uma ampla variedade neste catálogo da sexualidade. (MISCOLSKI, 2009).

Retomando a resolução de 1999, e todo o esforço que o Conselho Federal de Psicologia faz para manter a resolução em vigor, podemos afirmar que existe um conflito que paira sobre a psicologia, não tanto enquanto ciência, mas enquanto conhecimento que é produzido e ofertado ao mercado. A ciência da psicologia parece não poder garantir a cura gay, nem tampouco na cura hétero, bi ou de qualquer variante da sexualidade. Historicamente as tentativas de cura e aprisionamento foram feitas e condenadas ao fracasso e precisaram ser repensadas. (CFP,1999).

A partir da intersecção entre prática (produto que se oferta) e saber constituído, questionamo-nos ainda sobre o debate instaurado na realidade viva (clínicas, mídias,

³ Queer é uma expressão de origem anglo saxônica e atualmente pertence ao vocabulário americano, usado para designar aquilo que era oblíquo, estranho ou fora do centro. A teoria Queer vai tratar das expressões de gênero e sexualidade que estão marginalizados por categorias normativas vigentes que regulamentam gênero e sexo. (MISCOLSKI, 2009).

grupos políticos, senado), a partir destas duas vias possibilitadas pelo curso de formação (produção de ciência e materialidade da teoria nos espaços sociais). Em que medida esta formação concebida nos bancos da universidade propicia espaços para o florescer deste debate (que parece correr solto pelos muros universitários à fora)? Como a formação tem apresentado este desenvolvimento que a ciência fez em relação à temática? E, ainda, como cada estudante experencia e constrói um saber sobre a homossexualidade? Ele se questiona sobre isso?

4.2 A construção do discurso acadêmico: a psicologia na universidade

A análise do Projeto Pedagógico do Curso - PPC de psicologia e das ementas de disciplinas ministradas pelo curso forneceu dados sobre a maneira pela qual, atualmente, a formação em psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul foi constituída.

O projeto pedagógico é um documento do curso de psicologia da UNISC que define a estrutura e organização do curso, orientando as atividades acadêmicas da instituição. O curso de psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul foi autorizado pelo conselho universitário no dia 28 de junho do ano de 1993 através da portaria nº 04/A. A partir desta data foi disponibilizado 100 vagas anuais em regime de funcionamento semestral.

A atual estrutura curricular do curso está alicerçada em três pilares: o compromisso com as pluralidades, articulação com as políticas públicas e, por fim, o protagonismo estudantil. Caracterizam assim a formação em psicologia na UNISC, fazendo com que a seleção, planejamento e exposição dos conteúdos para o curso esteja alinhado com estes três elementos (CURSO DE PSICOLOGIA, 2013).

Segundo o PPC, a organização curricular vigente foi implementada no ano de 2013 a partir de uma revisão das diretrizes curriculares nacionais e está em consonância com as reformas e exigências feitas pela resolução nº 5 de 15 de maio de 2011. O atual currículo preconiza uma formação com duração mínima de 10 semestres, contendo aulas oferecidas nos turnos vespertino e noturno. O curso visa oferecer uma formação que contempla as diferentes práticas desenvolvidas no campo de ensino, pesquisa, extensão e, para além destas, formar sujeitos com capacidade crítica e atuação engajada sócio politicamente com as demandas da comunidade.

O curso pretende ofertar uma formação ampliada dos conteúdos fundamentado no compromisso que a instituição tem em expor o sujeito à multiplicidade de concepções teóricas e metodológicas possibilitando uma atuação profissional, diversa e ampla sobre as temáticas que envolvem a práxis. As disciplinas que compõe o currículo estão organizadas em 7 diferentes categorias: Núcleo comum (refere-se aos conceitos epistemológicos, métodos e historicidade da psicologia enquanto ciência e profissão); Fundamentos técnico metodológico (as disciplinas dessa categoria estão comprometidas com as demandas da psicologia enquanto ciência, como produção de textos acadêmicos e pesquisa aplicada à psicologia); Procedimentos para investigação científica e prática profissional (composto por disciplinas que visam instituir os alunos sobre algumas das técnicas validadas e amplamente utilizadas na prática profissional); Fenômenos e processos psicológicos (eixo composto por disciplinas que visam constituir teoricamente a compreensão dos instrumentos e meios para caracterizar e apreender os objetos de estudo da psicologia); Interfaces com campos afins do conhecimento (as disciplinas aqui dispostas são oriundas de outros campos do saber tais como a biologia, antropologia, sociologia e estatística, que dialogam com a psicologia em determinadas temáticas); e Práticas profissionais (cuja finalidade é a de articular o aluno aos diversos contextos de uma prática possível aos preceitos teóricos e metodológicos discutidos ao longo do curso).

Ainda conforme o PPC, o curso de psicologia da UNISC possibilita uma formação alicerçada teórico metodologicamente em duas ênfases: processos clínicos e políticas públicas. A primeira ênfase tem como objetivo analisar os processos de subjetivação e constituição do sujeito num contexto sócio histórico, bem como investigar os processos de saúde, sofrimento e adoecimento em diversas áreas da vida humana, integrando e assimilando práticas que envolvam a promoção da saúde, a prevenção, o tratamento e a assistência em instâncias individuais e coletivas. Já a ênfase em políticas públicas busca formar estudantes com capacidade de entender a articulação da prática profissional do Psicólogo com as mudanças políticas dentro da perspectiva de qualidade de vida e análise dos processos de organização social, de autonomia, cidadania e da garantia de direitos dos sujeitos e das coletividades (CURSO DE PSICOLOGIA, 2013).

É importante salientar que ambas as ênfases abarcam 2 anos de estágio integrado, consistindo na imersão do aluno ao campo de atuação sob a supervisão de orientadores

acadêmicos responsáveis por desenvolver junto ao aluno processos de reflexão sobre a práxis. Além da oferta de disciplinas optativas específicas da ênfase. A seguir, apresentamos ao leitor o quadro apresentando de maneira organizada algumas informações sobre a busca da temática da homossexualidade inscrita no conteúdo programático das disciplinas do curso, fazendo algumas reflexões sobre o que foi entendido a partir deste movimento da pesquisa.

Quadro 1. Homossexualidade no Currículo Acadêmico

Nome da disciplina	Semestre	Tópicos do conteúdo programático	Palavras
Ciclo Vital I	2	2. A sexualidade (corporeidade), segundo teoria freudiana e outros estudos.	Sexualidade
Antropologia do corpo e da saúde	3	3 O corpo como uma construção social e cultural. 7 Tópicos de antropologia do corpo e da saúde (sistemas terapêuticos, religiosidade e cura, gênero, sexualidade e direitos reprodutivos, entre outros).	Gênero, Sexualidade
Ciclo vital II	3	4. Aspectos histórico-culturais e mudança biopsicossociais na vida adulta. 5. Conjugalidade e parentalidade. 6. Gravidez na adolescência e na vida adulta.	Sexualidade
Psicologia social II	5	3.1 gênero: construção do gênero masculino e feminino; 3.2 diversidade sexual; 4 Diferentes formas da violência: violência de gênero, preconceito, miséria, etc.: binômio exclusão/inclusão.	Gênero, masculino, feminino, preconceito
Fundamentos em psicanálise	6	Sexualidade.	Sexualidade

Disciplina: psicologia comunitária II	6	Diversidade sexual.	Diversidade sexual
Clinica do adulto	Optativa de Ênfase - Ênfase I: processos clínicos	Conjugalidade; Parentalidade; Vivências da sexualidade, do gênero e da afetividade na vida adulta.	Gênero, Sexualidade
Psicologia jurídica	Optativa de Ênfase : Ênfase I - processos clínicos	3. A Psicologia e o Direito nas situações de risco: violência familiar, física, sexual.	Violência sexual
Psicofarmacologia	Optativa de Ênfase : Ênfase I - processos clínicos	Disfunções sexuais.	Disfunções sexuais
Clínica, corpo e subjetividade.	Optativa de Ênfase: Seminários - processos clínicos	Clínica, corpo e subjetividade.	Corpo

Fonte: elaborado pela própria autora.

O quadro ilustra, de maneira sintética, os resultados da análise das ementas do curso de psicologia, nela estão catalogadas o nome das disciplinas em que as palavras sexualidade, gênero, homossexualidade entre outras variantes do tema pudessem estar descritas nos tópicos de conteúdo programático. Estão listadas o nome de 9 disciplinas de um número total de 74 ofertadas pelo curso de psicologia, que descrevem no conteúdo programático palavras que abarcam a área da sexualidade, homossexualidade e, portanto, a temática que circunda a pesquisa.

Conforme os dados do quadro 1, nenhuma disciplina tem prevista formalmente a discussão do tema homossexualidade. Quatro das disciplinas listadas discutem, formalmente em suas ementas, a palavra sexualidade. Entretanto, a disciplina Fundamentos em Psicanálise prevê a discussão deste a partir dos preceitos freudianos, discutindo deste modo a sexualidade não partindo da temática específica.

O conceito psicanalítico da sexualidade pode embasar teoricamente o graduando para o entendimento do percurso que o sujeito homossexual passa a ter ao longo do século XX. A psicanálise foi, ao longo do tempo, construindo e desconstruindo conceitos relacionados à homossexualidade. Primeiro, ainda na fundação dos conceitos psicanalíticos, Freud (1957) vai concebê-la enquanto uma patologia, é dotado de uma perversão. Posteriormente, a psicanálise vai se reinventando e, já num contexto contemporâneo, sob uma leitura lacaniana, Roudinesco (2016) vai dizer da homossexualidade enquanto expressão que significa o sujeito que está inscrito em uma determinada cultura e, portanto, concebe este significante de maneira diferente conforme esta produção cultural.

As disciplinas de Psicofarmacologia e Clínica do Corpo e Subjetividade preveem a discussão da sexualidade e do corpo sob um ponto de vista fisiológico. A primeira disciplina citada prevê um tópico de discussão: disfunção de sexualidade. A discussão de disfunção da sexualidade, partindo de uma linguagem psiquiátrica, mais restrita ao âmbito da classificação das patologias, agrupando sintomas e pensando por uma via da medicalização (SOUZA,2013; FARO, 2015). Esta disciplina parece dispor de potencial para a constituição de debates sobre a patologização da homossexualidade e do conceito de transgênero e as implicações que as terminologias têm na constituição do que se consideram “patologias sexuais”.

Explorando os documentos que regularizam o ensino da psicologia, formalmente as ideias da psicologia social mais crítica, fortemente envolvidas com uma leitura Foucaultiana de uma sexualidade enquanto experiência subjetiva e significante, inscrita em determinado tempo e espaço, ficou, ao menos formalmente, obsoleta. A partir dos tópicos do conteúdo programático, grande parte das disciplinas listadas no quadro 1 tem a finalidade de abarcar uma sexualidade correlacionada ao corpo, numa perspectiva mais biológica e psicopatológica.

Não há, na descrição formal das ementas, nas disciplinas optativas de ênfase em políticas públicas a previsão para o debate de temáticas que contenham os significantes homossexualidade, sexualidade e questões de gênero, por exemplo. Apenas duas disciplinas, optativas de ênfase em processos clínicos, dispõem de conteúdos programáticos que preveem a discussão de sexualidade e violência sexual - a Psicologia Jurídica e a Clínica do Adulto.

Em termos de período em que as discussões sobre a sexualidade são abordadas, o curso de psicologia da UNISC estrutura-se em 12 períodos (6 anos de curso), sendo os 4 (2 anos) últimos semestres reservados para as atividades de estágio integrado. Pensando no percurso do aluno de graduação dentro do curso e no momento em que este possibilitaria que o tema viesse à tona, verificou-se, através da análise dos conteúdos programáticos, que os espaços para o debate da temática da sexualidade (podendo englobar a diversidade sexual, homossexualidade) podem ocorrer em dois momentos. A matriz curricular estabelece que a temática possa ser debatida nos dois primeiros anos do curso, ou serem retomados após o início das atividades de estágio integrado, ao final da formação.

É curioso observar, a partir da estrutura do currículo, que o curso de psicologia parece investir em uma formação teórica que esteja articulada ao campo de atuação profissional, verificado o número de disciplinas e carga horária das categorias que pretendem fazer a interlocução entre teoria e prática. (CURSO DE PSICOLOGIA, 2013). A partir desta constatação, das 3000 horas destinadas à inserção do graduando ao contexto profissional, somente 120 horas, sintetizadas pelas disciplinas de Psicologia Comunitária II e Psicologia Social II, dispõem formalmente de um lugar para o florescimento de um debate que está inserido no campo da profissão, que são as discussões sobre a homossexualidade e seu lugar atravessado pelo contexto da cultura vigente, das disposições institucionais que dela vai regular, discursar e produzir saberes, práticas e condutas.

A Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), segundo a consulta no site oficial da instituição, preconiza uma formação alicerçada no humanismo, democracia e ideal comunitário, isto significa que a produção de conhecimento deverá estar relacionada ao contexto de uma realidade social e comunitária.

Estamos comprometidos com a justiça social e abertos à realidade dinâmica da sociedade, pois o humanismo, a democracia e o ideal comunitário são marcas da

nossa Instituição. Mais do que produzir conhecimento, visamos à formação de cidadãos livres e capazes, porque acreditamos na edificação de uma sociedade solidária. Queremos construir, a partir da UNISC, o espaço da igualdade onde não existam muros para o ser e o saber. (UNISC, 2016, s/p).

Retomando a discussão sobre a elaboração de espaços para o debate da homossexualidade em sala de aula e dialogando com a cultura institucional, deparamo-nos com uma informação ambígua. As disciplinas em psicologia que constituem a ênfase de políticas públicas não estão formalmente produzindo espaços de discussão do tema da homossexualidade, ou de quaisquer outros temas que fazem alusão ao tema. A ênfase em políticas públicas pretende desenvolver a capacidade do aluno em pensar uma atuação profissional inserida nos espaços públicos, sob uma perspectiva de se pensar de maneira crítica a realidade política e social, em contrapartida, a disciplina de “Clínica, Corpo e Subjetividade”, que compõe o conjunto denominado ênfase em processos clínicos, pode abrir para um debate sobre gênero e sexualidade.

Para além de uma produção de conhecimento que se ocupa das questões do meio circundante aos muros da universidade, a UNISC parece construir uma ética fundamentada em valores democráticos (direito a todos de falar) e reconhece a importância da construção de um saber que está para além das fronteiras do mundo acadêmico (ciência pela ciência), ocupando-se com a transmissão desta ética institucional bem como uma educação crítica e politicamente engajada. Entretanto, como toda instituição, ela é marcada por paradoxos. A ausência formal de discussões sobre políticas públicas voltadas ao público LGBT dentro do curso de psicologia, por exemplo, parece sustentar um lugar de reprodução dos discursos do CFP, um discurso já formatado, que “forma a ação”, ou que dá forma à ação.

Finalizamos a discussão correlacionando as informações compreendidas até o momento. Temos, portanto, um curso de psicologia, ministrado em uma universidade de caráter comunitário, eticamente engajada em valores humanistas e democráticos e que parece carecer de espaços formais de debate da temática das sexualidades e, dentre elas, da homossexualidade, inclusive em disciplinas que pretendem fazer uma confluência entre saber científico (teoria) e a realidade dos espaços de trabalho (prática).

4.3 Homossexualidade e Form(a)ção acadêmica: do silêncio ensurdecedor em sala de aula à proclamação cautelosa nos corredores

A presente seção tem por finalidade a apresentação da experiência do grupo focal, realizado a partir da promoção de uma roda de conversa sobre a temática “homossexualidade e form(a)ção acadêmica”. Pretendemos articular, nesse momento, o conteúdo anteriormente discutido às falas e expressões (ou ausência destas) dos alunos⁴ que vivenciam este espaço acadêmico e que dizem de uma realidade para além das normativas do CFP e conteúdos programáticos delineados pela instituição universitária.

A primeira consideração da dinâmica do grupo frente à temática está na observação do silêncio. Não foram raros os momentos de silêncio seguidos de falas entreadas, ou pausas acompanhadas de olhares circundantes, como de quem procura pela censura do *big brother*⁵. As falas continham em si, além desta antropomorfia do medo, também conteúdos que diziam deste medo de expor a si diante dos colegas em sala de aula sobre a temática.

Larissa Di Queiroz: Bom, eu penso que enquanto disciplina, enquanto matéria, talvez a gente até não tenha tanto... mas existem discussões...eu não sei. Eu fico pensando nisso ...eu não tenho muita proximidade com o tema tá... mas eu penso que existe aí uma... como eu posso usar a palavra...como se fosse um pacto de silêncio pra falar do assunto, porque o que acontece, quando a gente toca no assunto a gente fica com medo de falar sobre o assunto, porque a gente tem medo que vai ser, vou botar entre aspas pra tu poder usar depois no teu áudio aí, “**apedrejado**” [ênfase no tom de voz], porque dependendo da pergunta que eu fizer sobre o assunto, eu já não sei se eu tô sendo preconceituosa ou não.

Laura Vermont : tem a própria questão de que o psicólogo tem que ser a pessoa que não julga, que entende tudo, que não tem preconceito que ... essas coisas (Silêncio). (Diálogos do Grupo Focal, 2016).

O medo, aqui explanado pelos estudantes pode ser entendido à luz das pesquisas em psicologia social que retratam o estigma (GOFFMAN, 1982). No caso do grupo, fala-se do receio em tornar-se maculado e identificado enquanto “mau psicólogo”, ou “psicólogo intolerante” e, assim, ficar fora do mercado de trabalho e excluído do prestígio social.

⁴ Os nomes das participantes do grupo focal serão ocultadas para fins éticos, garantindo sigilo e direito ao anonimato dos mesmos. Aqui, na descrição das falas, os sujeitos serão representados por nomes de falecidos ativistas da comunidade LGBTT e/ou de pessoas que perderam suas vidas para crimes de homofobia, denunciados pelo site <https://homofobiamata.wordpress.com>. O intuito é prestar uma discreta homenagem aqueles que foram silenciados pela ignorância, medo e obediência cega às ditaduras do *establishment*.

⁵ Referência à obra de George Orwell (1985), em que o autor retrata um mundo futurista e altamente vigiado, o dispositivo grande irmão, ou *big brother*, é o centro de controle

Curioso perceber que, durante as discussões sobre a falta de conteúdo para falar da homossexualidade e, por assim dizer, de uma forma “correta” de falar sobre o tema, os estudantes também colocaram que se sentem acuados diante da possibilidade de questionar sobre o tema.

Larissa Di Queiroz: do que é que estavam falando, ou tivessem noção do que é que é...ou, enfim, e aí a discussão acaba ficando limitada porque bom, eu não tenho conhecimento, mas se eu perguntar de repente vai ficar parecendo que eu tenho preconceito, porque lá na frente tá sentado um monte de gente que conhece à fundo a temática, e como é que eu me aproximo disso? Entende?

Brenda lee: Bom, quando eu participei, foi dito né...vai ter uma conversa ou uma roda de conversa sobre tal assunto né... sobre gênero, enfim, eu não me lembro dos título né... Então a gente ia, pra poder conversar sobre aquilo né... claro que todas as vezes, assim poucas pessoas iam né...no momento em que tu fala: “ah vai ter um... sobre isso...”, uma palestra de psicologia jurídica vai lotar numa palestra que vai falar de questão de gênero e homossexualidade não vai lotar tanto, isso que eu percebo assim...né, então muitas vezes a gente assim, muitas vezes que eu fui, eu fui porque era aquilo que iria ser discutido, então eu sabia que aquele seria o assunto, então foi uma roda de conversa como a gente tá fazendo aqui. As pessoas que tinham maior conhecimento iam esclarecendo as nossas ideias, a gente ia conhecendo melhor, pra poder falar sobre isso. Foi assim pra mim, eu lembro que aquela cadeira, a professora trouxe: “oh semana que vem vai ter a J⁶. que vai falar sobre isso”. Ah e a sala lotou né. Ela falava, ia esclarecendo as nossas ideias e a gente ia perguntando e a gente ia conhecendo mais e trazendo as nossas ideias também. Foi muito legal. (Diálogos do Grupo Focal, 2016).

Parece que os acadêmicos, além de não se sentirem instruídos o suficiente para falar da temática, sentem-se menos dispostos ainda para trazerem à tona suas dúvidas, em nome de um status resguardado de psicólogo tolerante e polido. Humberto Eco (2000) e Pondé (2012) vão refletir sobre a maneira como a fala politicamente correta se constitui no espaço democrático circundado do mundo contemporâneo, onde a máxima reside na ausência de frustração pessoal, não pode então existir perdedores, todos devem estar felizes e bem representados. O “perdedor”, nesse caso, é o estudante que corre o risco de demonstrar sua ignorância (no sentido de não saber) sobre o tema.

A democracia, que pressupõe ouvir a todos e por si constitui um espaço das diferenças, fica enjaulada com a sensibilidade do homem moderno diante do conflito e frustração. Este conceito parece sustentar as falas que vão denunciar um discurso polido e

⁶ Nome representado apenas pela primeira letra para manter o sigilo dos participantes.

rijo que a psicologia diz da homossexualidade em sala de aula. A sala de aula, no entanto, pressupõe um espaço democrático, porém esta parece se sujeitar a um mecanismo de controle que escapa, a olho nu, e inviabiliza a expressão plena da democracia. Afinal que espaço intelectual e democrático é este que só viabiliza discursos homogêneos?

Há de se hipnotizar sobre certa ambiguidade quando estamos falando de uma ética acadêmica (dos sujeitos da instituição universitária) alicerçada na democracia e o exercício do discurso politicamente correto. O politicamente correto (PC) parece talhar a democracia, que por definição é constituída de opiniões contraditórias e conflitantes. Os alunos das ciências humanas parecem manifestar interesse pela liberdade de expressão, igualdade de direitos, a democracia é bandeira dos bons alunos das ciências humanas. (ECO, 2000).

Apesar dos discursos perfumados pela essência dos direitos humanos e apreço democrático, questiona-se: em que espaço encontramos o debate de opiniões e ideologias conflitivas na sala de aula? O PC parece ocultar, em alguns momentos, a real dificuldade dos participantes universitários (estudantes e professores) em tolerar discursos heterogêneos e, por vezes, politicamente incorretos. Ressaltamos, contudo, que não estamos falando aqui da tolerância a discursos de ódio, mas da possibilidade de se construir espaços nos quais os psicólogos em formação possam falar dos seus sentimentos e dúvidas abertamente. A fala dos estudantes de psicologia pode ser polida e politicamente engajada com os direitos humanos, porém parece estar também alicerçada no retrato romântico daquilo que é democrático.

O medo diante dos rótulos que englobam o profissional intolerante (e, portanto, mau psicólogo) gera, como descrevemos anteriormente, o silêncio em sala de aula. No entanto, segundo o relato dos estudantes, o assunto entra em ebulição em espaços seguros, onde há consenso de opinião ou, ao menos, uma relação afetiva e mais íntima entre os colegas. Os corredores parecem ser palco de debates que, em condições seguras, podem emergir. A homossexualidade ocupa o espaço marginal da aula, não está dentro das discussões formais, escapando nas conversas de corredores e dizendo de um mal-estar que parece pairar sobre a temática.

Os alunos, sem se darem conta, marginalizaram também a significativa homossexualidade durante a experiência da roda de conversa. Durante a maior parte do tempo, referiam-se à homossexualidade como “isso”, “disso” e “nisso”.

Ionara Lima: Eu acho até pensar assim... é claro que quem tá entrando no curso as vezes não tem a noção do que o curso vai abordar em geral, mas eu acho que quando tu pensa assim, em psicologia, eu vou trabalhar com quem? com pessoas né... eu não vou trabalhar com pessoas heteros, ou só com... eu vou trabalhar com pessoas. Então porque não tá discutindo isso de uma forma normal, livre dentro da universidade. É pessoas né. [...]

Weluma Brum: Acho que realmente o curso. Até me surpreendeu o número de disciplinas que trazem a homossexualidade e enfim... eu realmente... lembrando desde o início que eu entrei na faculdade né... muito pouco a gente viu sobre isso... muito pouco mesmo. Até me lembrei da aula de um professor né que eu peguei um artigo que fala sobre a homossexualidade, feito na UFRGS né... e foi o primeiro contato assim que eu tive com esse tema realmente de fazer um trabalho né, fora isso foi bem difícil [...]

Herber Daniel: Tem várias coisas né... tem uns colegas com uma opinião bem preconceituosa quanto à temática, e não sei se é a questão da informação ou a questão da gente entrar nessa discussão faria com as pessoas mudassem de opinião quanto a isso né...

Larissa Di Queiroz: Mas será que isso também não é um analisador? Porque a gente vai para o corredor para falar sobre isso, por que a gente não vai pra sala de aula fazer uma discussão como essa que a gente tá fazendo agora né... Não sei, é uma pergunta, assim né...

Barbara Lanusse: de bullying, de violência de preconceito, aí lá dentro do preconceito a gente tem as diferentes formas de preconceito, mas não diretamente, são coisas que estão à volta disso... não diretamente...eu particularmente nunca tive. (Diálogos do Grupo Focal, 2016).

O não dito foi o mais gritante. O silêncio em si deu corpo à angústia expressa e às variações do “isso” pareceram tamponar o real impacto e desconforto que a palavra em si já causara. Junqueira (2009), ao pesquisar a temática da homofobia e diversidade sexual no âmbito escolar, relata a predominância de um discurso lapidado (politicamente correto) em relação ao tema pelos docentes. O discurso, apesar de bem formatados, ocultavam de modo sutil uma negação (implícita ou interpretativa) diante da existência de homossexuais na escola.

Ainda sobre tabu e censura nas salas de aula, os estudantes vão dizer ainda da invisibilidade que se produz, bem como a uniformização dos discursos sobre a homossexualidade que podem ser trazidos diante de mestres e colegas em sala de aula ou

colegas de profissão. Questionados sobre a expressão, em sala de aula, de opiniões que poderiam fugir do discurso padrão, as participantes do grupo produziram o seguinte diálogo:

Barbara Lanusse : Se eu entendi a tua pergunta, eu acho que dentro de sala de aula, não.

Mediadora: Então como acontece isso em sala?

Barbara Lanusse : mas assim....por exemplo, é isso que eu falava um pouco antes assim, que eu tive contato pelo menos né...de conversa de corredor, entre alunos assim.. uhm ... tem sua opinião contrária. Eu conheço pessoas que tem uma opinião contrária tá... mas eu acredito que trazendo essa temática pra sala de aula... a pessoa não iria expor isso.

Bruna Mendes: Eu já vi ser exposto em sala de aula... mas foi totalmente ignorado assim...

Mediadora: como foi?

Bruna Mendes : Surgiu como uma questão... todo mundo tinha que trazer uma questão que tivesse dúvida ou alguma curiosidade, enfim... e a pessoa trouxe: “ah eu tenho um problema com a homossexualidade, se eu tiver um paciente que é homossexual o que eu faço?”. E isso foi totalmente abafado e ignorado, não foi falado sobre. Isso foi deixado... (Diálogos do Grupo Focal, 2016).

O exemplo trazido pelo grupo sobre o aluno que ousa debater a questão da homossexualidade de maneira atípica, fora dos padrões aceitáveis, parece ter sido condenado ao esquecimento. O silêncio tomou conta e disse, em nome daquelas pessoas que ali estavam, e para as pessoas que ali também testemunhavam, o que significa pensar, dizer e sentir certas coisas diante da homossexualidade. Um pouco do que discutimos anteriormente sobre o controle que o discurso politicamente correto exerce para a produção do estigma e também a manutenção de uma certa ordem de discurso social padronizado.

Retomando a pesquisa de Junqueira (2009), ao tratar da invisibilidade do aluno homossexual pela instituição escolar, o autor constatou que, por meio de um discurso politicamente correto, há um processo de negação ocultada frente à possibilidade de existir dentro das escolas alunos homossexuais. Podemos aqui assimilar a ideia dos discursos represados e transpor para a realidade apresentada nesta pesquisa os processos de ocultamento das diferentes opiniões que vão divergir do discurso normal e polido da psicologia, dificultando, talvez, em sala de aula uma discussão mais ampla em que há um aproveitamento do espaço de debate para a exploração teórica da temática das diversidades

sexuais (dentro delas a homossexualidade), trazendo à tona os aspectos históricos e as contradições que a própria ciência da psicologia tem para com o tema.

Ainda assim, não poderia deixar de aprofundar a temática do controle. Foucault (2000), ao falar sobre os mecanismos de controle dentro das instituições, contribui com nossas reflexões sobre a produção e significação do silêncio sobre *isso*. Segundo o autor, o poder disciplinar, que é este que está diluído nas instituições, se volta para o condicionamento dos indivíduos através de alguns mecanismos: o olhar hierárquico, a sanção normalizada e o exame. Os três operam de maneira encadeada, a sanção normalizadora tem em vista toda expressão, comportamento, corpo que desvia da norma; o exame é uma técnica que visa a qualificação e classificação daquilo que está dentro do padrão ou fora; e, por fim, a vigilância hierárquica, em que o indivíduo sujeito à disciplina introjeta a sensação de estar sendo observado, controlado.

Larissa Di Queiroz: Eu tenho vários amigos que são homossexuais, não penso em momento algum que eu possa me ...Nem me sinto homofóbica de forma alguma, eu tenho uma relação com muita gente, mas na minha cabeça, naquilo que eu acredito, enquanto espiritualidade, enquanto... as vezes me passa assim: “ok mas porque a gente tem um corpo biológico diferente?” tá...Aí eu gostaria de sentar com alguém que tem isso que o Herber Daniel falou sobre uma pessoa que fala mais sobre a temática pra me poder talvez entender de outra forma. Mas se eu chegar e perguntar isso pra alguém eu não me sinto à vontade. (pausa) Entendeu? Né... tanto é que eu cheguei em um determinado momento e conversei com A M⁷ por exemplo por que é uma pessoa que eu me sentia à vontade pra perguntar, porque eu pensei: “não ela não é alguém que vai dar um troço na minha cabeça se eu falar algo que não é.” Entendeu? Então eu acho assim, essa construção eu acho assim fundamental. Se eu me sentisse mais à vontade pra talvez questionar algumas coisas que pra mim são tidas enquanto verdadeiras, talvez pra M fosse mais fácil desconstruir certas coisas. Então se tu falar determinada questão então: “bom tu é homofóbico”; “não espera só um pouquinho, tu tá errado, calma eu não sou, eu só quero entender talvez por um outro viés.” Mas se eu não tiver a chance de questionar e conversar com alguém, que tem um entendimento talvez diferente, eu nunca vou chegar nunca concepção diferente, então eu acho que o preconceito ele também se estabelece a partir desse momento que a gente não tem como chegar no outro e discutir a temática, então um pouco que nesse aspecto assim.. enfim. Eu acho que isso é um baita de um entrave assim...é tu não poder sentar e conversar sobre isso. (Diálogo do Grupo Focal, 2016).

O estudo faz uma alusão indireta à temática da diversidade sexual que inclui, de maneira geral, as homossexualidades (cis e trans). O entendimento que a psicologia e o

⁷ O nome de uma colega, que não participou do grupo foi mencionado. A fim de manter sigilo sobre a identificação desta pessoa, o nome foi substituído por uma letra seguida de asterisco.

presente trabalho pretendem retomar às discussões propostas por Butler (2014), ao conceitualizar sobre a construção cultural de gênero e as normas que regem e asseguram a lógica binária do Masculino e feminino. A teoria *Queer* vai ilustrar a maneira como o poder e as instituições de modo geral regulam gênero e sexo, vai dizer das disposições que a cultura instaura para assegurar o heterossexismo. Mesmo de forma implícita, Butler assegura a todo instante a ideia atual do que a psicologia concebe enquanto homossexualidade. O percurso que a autora faz para explicar gênero e sexualidade é um entendimento que visa a desconstrução de contingentes rígidos sobre sexualidade e gênero e que, anteriormente, foram tomados enquanto verdade absoluta e indissociável.

Herber Daniel: pouca coisa em si... algumas palavras por exemplo heteronormatividade, que é um nome, uma questão interessante de discutir e que amplia um pouco essa discussão e não aparece né, e é um termo tratado nas disciplinas muito pouco ... então não sei se eu fiquei surpreso né, nesses anos não tem realmente muito aprofundamento dessas discussões [...]. Até porque a velocidade com que... não sei... a minha percepção é que nos últimos anos ... no início do curso eu participei de algumas pesquisas que alguns professores promovem sobre a sexualidade, sobre a homossexualidade e alguma coisa eu vi, mas assim de lá pra cá me parece que há um avanço até teórico muito grande... os lgbt... e enfim, isso acontece de uma forma muito rápida que se não tiver acompanhando muito assim de forma contínua, tu acaba não conseguindo mais voltar pra essa discussão depois... né... é uma discussão que parece que ela tem sido muito rápida... e daí é difícil da gente acompanhar essas mudanças até de conceituações assim... (Diálogos do Grupo Focal, 2016).

Apesar de atual e extremamente importante enquanto respaldo teórico para a conceitualização vigente acerca da homossexualidade, as ideias que vão dar forma para a teoria *queer* parecem, pelo menos ao que é indicado pelo discurso dos alunos, um conteúdo pouco explorado e de alto requinte e fonte de admiração. As palavras heteronormatividade, teoria *queer* parecem indicar para um saber elitizado, no sentido de haver poucos que se apropriam deste saber. Estes poucos, independentemente se compreendem ou não (reproduzindo apenas significantes que caracterizam um discurso do *Queer theory*) os pressupostos de Butler e outros autores, detém o poder de discursar sobre a homossexualidade no curso de psicologia.

Retomando Foucault (1988), os discursos sobre sexualidade são incitados o tempo todo. Assim como Foucault, não estamos defendendo a hipótese repressiva, mas que condições se estabelecem para pensarmos no silêncio em sala de aula como um discurso sobre a homossexualidade? O silêncio também é discurso. Porque o *isso* é tratado e

debatido na “liberdade” dos corredores? Em meio a avanços conservadores, que buscam, por exemplo, proibir o debate sobre sexualidade nas escolas, um curso de psicologia, alinhado à perspectiva dos direitos humanos e na afirmação de um estado democrático, acaba, de forma paradoxal, incitando discursos pelos corredores. Afinal, como querem alguns políticos mais conservadores, o tema das sexualidades só deve ser debatido no âmbito privado (o corredor, nesse caso, é o privado, local no qual se conversa com aqueles mais íntimos afetivamente). O público, espaço da ação política para Hannah Arendt (2000), é marcado pelo silêncio, pelo medo. Deixamos de agir (na perspectiva de Arendt), de falar, silenciando o caráter político e transformador que a psicologia pode e deve assumir.

Não queremos o embate, o conflito desrespeitoso do “ser contra” e “ser a favor” (crítica à manutenção de um binarismo político que cega e ensurdece – o silêncio!). Até porque a homossexualidade é uma das tantas formas de ser e de viver as sexualidades. Mas o que fazer com a pergunta: O que faço [se não entendo os homossexuais] se receber um em meu consultório? Como construir espaços na academia em que, efetivamente, consigamos falar abertamente sobre as diversas manifestações da sexualidade, incluindo aí a homossexualidade? Afinal de contas, é fácil defender uma ideia ou me expor entre aqueles que pensam da mesma forma que nós. Abrir, romper, esgaçar ou quebrar as portas ou o armário todo são diferentes formas de desprivatizar o tema da homossexualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo construir reflexões sobre a formação acadêmica em psicologia e o debate sobre a homossexualidade no espaço da universidade e do Conselho Federal de Psicologia. O reconhecimento destes espaços, através da compreensão dos discursos intrínsecos a estas instituições, constituiu uma malha arquitetônica, uma espécie de movimento de voos e pousos, que possibilitou uma visualização mais clara e detalhada das entranhas destas duas estruturas, em uma dada circunstância (momento em que a pesquisa fora feita).

Os movimentos do pesquisar aqui apresentados apontaram para a formação de algumas disposições para o discurso propagado pela psicologia. Conforme anteriormente discutido, os espaços acadêmicos, bem como o CFP parecem estar alinhados na produção de um saber sobre a homossexualidade. O discurso é homogêneo e o curso reverbera o que o conselho institui no final dos anos 90. Os estudantes, por sua vez, parecem aprender a ideia de que a homossexualidade não está passível de cura, ainda que a formação deste saber se sustenta a partir de uma reprodução de discursos e silêncio, em detrimento a um processo de reflexão e cautelosa análise histórica, social e institucional sobre a homossexualidade.

O medo e aversão a um passado que condenou a homossexualidade aos hospícios e prisões aparece no desenho deste discurso da psicologia como uma rachadura, um furo histórico que desprestigia a ciência moderna, e que agora, depois de tantas as tentativas de reparo e controle da homossexualidade, reconhece aos poucos o lugar desta dentro do campo das diferentes sexualidades.

Este fendimento, dentro da sala de aula, passa constantemente por remendos e tapumes. A docência se encarrega desta de tarefa de urdidor enquanto ambos, professores e alunos, compactuam e ao longo do curso pintam, remendam, bordam e costuram se necessário esta rasura na história da psicologia. Não se fala em tratamento aos homossexuais na história da ciência, não abordamos oficialmente a homossexualidade nas disciplinas e nem desmantelamos este significante para entender o sujeito que precede o curso do desejo sexual, preferimos então deixar isso de lado.

Apagamos a curiosidade e silenciosamente direcionamos, ao menos em sala de aula, o debate dissímil para um coerente monólogo sobre a homossexualidade. O tratado que a psicologia faz em sala de aula parece vir de um desconforto e relativo medo diante das oposições e dúvidas em relação à temática. Sob o pretexto de interromper a vazão de discursos violentos e dúvidas que poderiam ressoar em ofensa e hostilização, calamos e deixamos o *isso* para especialistas, mestres e doutores, que enfeitam as frases com palavras complexas e discursos embelezados de heteronormatividades e diversidades sexuais. Deixamos a eles, que melhor sabem dizer disso.

O presente trabalho não pretendeu dar visibilidade as expressões de violência ou discursos de segregação e ódio. Muito pelo contrário, verificar a presença do silêncio que se faz sobre a homossexualidade foi, ao mesmo tempo, com o intuito de revelar um jeito possivelmente disfuncional e um tanto violento de ratificar o que nós, enquanto classe trabalhadora e instituição científica, conquistamos ao longo de anos. Esta conquista diz respeito ao entendimento de que há, para além do direcionamento do desejo sexual, a existência de um ser humano que é histórico, complexo, ambíguo e que não pode ser compreendido apenas pelo objeto do seu desejo.

O silêncio aqui pode ser entendido enquanto discurso: dos alunos, dos docentes e de todos aqueles psicólogos que não sabem dizer da homossexualidade, mas entendem que nos dias atuais é necessário respeitar e não ofertar tratamento a esse público. O *isso, disso e nisso* remete à ideia de que a psicologia de certo modo está ainda no armário. O armário formoso do discurso de bom psicólogo parece inviabilizar a expressão da originalidade advindo de dúvidas e sentimentos dos alunos, o que acarreta em uma deglutição seca do artigo 01/99 do CFP.

A compreensão histórica sobre a homossexualidade pode estar sendo construída e digerida ao longo do curso partindo dos questionamentos e contrariedades emersos de um espaço de debate em sala de aula. Não seria mais interessante partir do conflito para apontar os percursos, por vezes politicamente incorretos que a ciência fez para finalmente chegar ao desvelar do ser que vive para além de trejeitos e desejo sexual?

Será que a repressão implícita ao debate sobre a homossexualidade viabiliza a força violenta com a qual alguns (rebeldes) colegas de profissão, defensores da moral e dos bons costumes preconizados por uma doutrina religiosa, fazem sobre homossexualismo (aqui

dito propositalmente de maneira incorreta para designar uma postura ética diante do tema)? Os discursos rebeldes carecem em argumentos históricos e epistemológicos para defender uma cura gay, apesar disso fazem (mau) uso de uma mescla de teorias e concepções tortas para sustentar seu posicionamento diante do público leigo e também do plenário.

O *isso* que é mal trabalhado no decurso das aulas e que fica represado entre dúvidas, afetos (ou afetuosas dúvidas) e a resolução 001/99 CFP seria o combustível que fomenta os discursos confusos e raivosos? Estaremos formando psicólogos bons e quietos, ou sujeitos com capacidade de argumentar, expressar de maneira clara, ajuizada e segura sobre um saber já organizado pela psicologia? A fala dos psicólogos de inquisição e o incessante debate do Conselho na câmara dos deputados, denunciam quem sabe, para um furo importante na estruturação de uma formação acadêmica.

A ignorância, aqui no sentido de desconhecer o processo que constituiu a homossexualidade enquanto preferência sexual, passível de convívio e não de tratamento abre para a ferida tão remediada dentro da sala de aula, o debate. O armário politicamente correto que impossibilitou a expressão livre dos alunos enclausura, talvez, uma maneira mais interessante de entender e assimilar o regulamento da nossa classe profissional.

A ação fora da forma (aqui no sentido de aprisionada) pode ser instrumentalizada num processo de apreensão do saber que, precedida da discussão, exercita o esmiuçar e desconstrução da homossexualidade (objeto de análise e estudo) ambicionando, assim, a composição do entendimento amplo do ser humano que está para além do objeto de desejo.

REFERÊNCIAS

ABGLT. *Manual de comunicação LGBT*. Curitiba: Ajir artes Gráficas e editora Ltda, 2010.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5*. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000;

BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Zahar, 2007.

_____. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia Sócio-Histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia. In BOCK, A. M. B.; GONÇALVE, M. G. M.; FURTADO, O. (Eds.), *Psicologia Sócio-Histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia*. 2. ed., pp. 15-35. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

BUTLER, Judith. Gender regulations. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 249-274, 2014.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. *A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no brasil*. Anais do Simpósio Nacional de História, Florianópolis, SC, Brasil, 28, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília, DF: Autor, 2005.

_____. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2011.

COSTA, Rogério da Silva Martins da. *Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal O Snob*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2010.

- DESLAURIERS Jean-Pierre. *Recherche qualitative; guide pratique*. Québec (Ca): McGrawHill, Éditeurs, 1991.
- FARO, Julio Pinheiro. "Uma Nota sobre a Homossexualidade na História." *Revista Subjetividades* 15.1; 2015.
- FOUCAULT, Michael. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de S. Freud. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1980
- GAGNON, John. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamount, 2006.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Record, 2007.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas*, Natal, v.1, n.1, jul./dez. 2007.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 32-51.

LAURENTI, Ruy. Homossexualismo e a classificação internacional de doenças. *Revista de Saúde Pública*, 1984.

MATIAS, Daniel. Psicologia e orientação sexual: realidades em transformação. *Análise Psicológica*, Lisboa, 2007.

NATIVIDADE, Marcelo. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*, 2, 121-161, 2009

PASSOS, E; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 17-31.

PEDRINI, M. D.; JUNIOR, J. A. C. Os processos de cura de homossexuais e suas interfaces com os saberes da psicologia: uma reflexão. *Anais do Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos*, 2012.

PONDÉ, Luiz Felipe. *Guia politicamente incorreto da filosofia*.. Leya, 2010.

RIOS, Luis Felipe. Mesa: a prática psicológica e a sexualidade como categoria de subjetivação – Parte I. (pp. 27-40). In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2011.

ROUDINESCO, Elisabeth. Conversa com Betty Milan. São Paulo: *Revista Veja*. Entrevista concedida à Betty Milan, 22 de setembro, 2016.

- SANTOS, Daniel Kerry dos. As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia. *Rev. Epos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2013.
- SANTOS, Elaine Pereira dos. A intertextualidade na construção argumentativa do artigo de opinião. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 02, n. 01, p. 300 – 314, jan./jun. 2013.
- SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. *A epistemologia do armário*. Cad. Pagu, Campinas, n. 28, p. 19-54, June 2007.
- SKINNER, Burrhus Frederic. *Ciência e Comportamento Humano*. Brasília: Ed. UnB/FUNBEC, 1970.
- _____ *Verbal Behavior*. New York: Appletton-Century-Crofts, 1957.
- SOUZA, E. M.; PEREIRA, S. J. N. (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 76-105, Aug., 2013
- SPOSITO, Sandra Elena. Psicologia, sexualidade e religião: ligações perigosas. *Revista de Psicologia da UNESP*, 11(1), 100-104, 2012.
- STEWART, D. W.; SHAMDASANI, P. *Focus group research: exploration and discovery*. Newbury Park: Sage, 1990.
- TEIXEIRA FILHO, F. S. Mesa: a prática psicológica e a sexualidade como categoria de subjetivação - Parte III. (pp. 49-66). In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2011.

TRAD, Leny Alves Bomfim. *Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões* baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009 .

ANEXO A

CARTA DE ACEITE INSTITUCIONAL: CURSO DE PSICOLOGIA UNISC

Santa Cruz do Sul, 21 de junho de 2016,

Ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNISC)

Prezados Senhores,

Declaramos para os devidos fins conhecer o protocolo de pesquisa intitulado: “A homossexualidade e a form(ação) acadêmica”, desenvolvido pela acadêmica Fernanda Alves Carneiro do Curso de Psicologia (3025), da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, sob a orientação do professor Moises Romanini, bem como os objetivos e a metodologia de pesquisa e autorizamos o desenvolvimento no Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Informamos concordar com o parecer ético que será emitido pelo CEP/UNISC, conhecer e cumprir com as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde 466/12 e 510/16 e demais Resoluções Éticas Brasileiras.

Esta instituição está ciente das suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e no seu compromisso do resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária. Declaramos estar cientes de que esta pesquisa tem como objetivo geral compreender de que maneira o tema da homossexualidade é abordado com os alunos de graduação do curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Informamos ainda que a presente pesquisa será realizada a partir da coleta e análise de informações obtidas através da realização de um grupo focal realizado com alunos matriculados nos últimos anos (6º e 10º semestre) do curso de graduação de psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul e da análise de documentos do Conselho Federal de Psicologia e das ementas das disciplinas do curso de Psicologia da UNISC, que fundamentarão a discussão no grupo focal com os acadêmicos do curso de psicologia.

Atenciosamente,



Assinatura e carimbo do responsável institucional

Simone Caldas Bedin
Coordenadora do Curso de Psicologia
UNISC

ANEXO B
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Pesquisadora: Fernanda Alves Carneiro

Orientador/Pesquisador Responsável: Prof. Moises Romanini

A pesquisa intitulada “A homossexualidade e a form(ação) acadêmica” pretende compreender como o curso de psicologia da UNISC vem construindo e incorporando à formação dos estudantes a discussão sobre a temática da homossexualidade, buscando compreender a partir da análise das ementas de disciplinas ministradas pelo curso e realização de um grupo focal com alunos, matriculados nos dois últimos anos de graduação do curso de psicologia da UNISC.

A atividade e conteúdo expostos através do grupo focal serão gravados mediante autorização dos alunos, participantes do mesmo e, posteriormente, transcritos. Os participantes não serão identificados. É necessário frisar que a pesquisa apresenta riscos mínimos aos alunos que se propuserem a participar do grupo focal, uma vez que se trata de uma atividade em formato de roda de conversa, o qual os estudantes já participam no decorrer de sua formação acadêmica. Ressalta-se que as diversas opiniões sobre o tema serão acolhidas e respeitadas pela pesquisadora. Aos participantes que sentirem algum desconforto com sua participação no grupo, será ofertado um momento de escuta individual, caracterizando-se como uma assistência imediata nos termos da Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

A pesquisa apresenta benefícios tanto diretos quanto indiretos. Os participantes da pesquisa poderão se beneficiar diretamente em função da própria atividade, ou seja, o grupo focal funcionará como uma roda de conversa, um espaço livre de opiniões onde se pretende discutir e refletir a questão da homossexualidade e da formação acadêmica. Essa atividade poderá, portanto, contribuir com a formação profissional destes futuros

psicólogos. De outro lado, a pesquisa poderá também trazer benefícios ao curso de psicologia da UNISC, uma vez que as discussões poderão levantar não apenas críticas, mas sugestões de como o tema pode ser melhor abordado no decorrer da formação.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados. Autorizo também o uso da gravação e transcrição de áudio, de forma gratuita pelo pesquisador, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que sem a minha identificação. Fui, igualmente, informado:

- Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;

- Da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu curso;

- Da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;

- Do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;

- Da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos à minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa;

- De que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O Pesquisador Responsável por este Projeto de Pesquisa é o professor Moises Romanini. O e-mail para contato com o pesquisador é: moisesromanini@unisc.br O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável. O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do telefone: 051 3717 7680.

Data __ / __ / __

Nome e assinatura do Participante da Pesquisa.

Fernanda Alves Carneiro - Pesquisadora
Acadêmica do Curso de Psicologia

Moises Romanini
Pesquisador Responsável

Nome do arquivo: TCC - revisado 1
Diretório: C:\Users\fernanda\Desktop
Modelo: C:\Users\fernanda\AppData\Roaming\Microsoft\Modelos\Normal.dotm
Título:
Assunto:
Autor:
Palavras-chave:
Comentários:
Data de criação: 11/12/2016 01:53:00
Número de alterações:1
Última gravação: 11/12/2016 01:51:00
Salvo por:
Tempo total de edição: 0 Minutos
Última impressão:
Como a última impressão
Número de páginas: 57
Número de palavras: 17,455 (aprox.)
Número de caracteres: 94,258 (aprox.)